

RESUMOS SIMPLES E DE TRABALHOS COMPLETOS - GT 1 – ESTADO
DEMOCRÁTICO DE DIREITO EM TESTE

**TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA: UMA ANÁLISE SOBRE A
IMPLEMENTAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DE RORAIMA**

Nathália Furtado Vilarinho De Andrade (nathaliafurtado@hotmail.com)

O presente trabalho busca apresentar o contexto em que se insere o Termo Circunstanciado de Ocorrência na Polícia Militar, com enfoque no Estado de Roraima, com o objetivo de analisar se a lavratura de TCO pela Polícia Militar tornaria a persecução penal mais célere e eficiente na apuração e processamento das infrações penais de menor potencial ofensivo, elencadas na Lei nº 9.099/95, além de examinar os aspectos práticos deste procedimento. No âmbito da segurança pública, a boa administração do sistema impacta de forma primordial no efetivo cumprimento dos direitos fundamentais. A implementação de medidas institucionais e políticas públicas, como é o caso da lavratura de TCO pela polícia ostensiva, revela-se um tema atual, controverso e relevante, de modo que os seus efeitos e resultados afetam diretamente na sociedade e carecem de avaliação e debate científico. Quanto ao aspecto metodológico, a pesquisa será exploratória, bibliográfica e terá uma abordagem dedutiva e qualitativa, desenvolvida através da legislação, decisões jurisprudenciais, doutrina e publicações de trabalhos científicos realizados sobre o assunto, para que seja possível abordar os pontos pertinentes a respeito da temática em questão. Para uma melhor compreensão do tema, o trabalho foi dividido didaticamente em três capítulos. Inicialmente foi realizada uma abordagem sobre o contexto em que está inserido o TCO: legislação,

princípios norteadores, procedimento e destinação social das penas. O segundo capítulo dedica-se a tratar sobre discussão existente a respeito da competência para a lavratura do TCO e a orientação recente do Supremo Tribunal Federal, no sentido de interpretar a expressão “autoridade policial” constante no artigo 69 da Lei 9.099/95 em sentido amplo, de forma a alcançar outros órgãos de segurança pública. E o terceiro capítulo aborda sobre os aspectos práticos e procedimentais da implementação na Polícia Militar de Roraima e a atuação conjunta com o Ministério Público Estadual e Tribunal de Justiça do Estado no recebimento, distribuição e processamento de TCO para deflagração de natureza penal. Por se tratar de uma pesquisa ainda em construção, aplica-se fundamentalmente algumas premissas, como, por exemplo, pela possibilidade e legalidade da atribuição das polícias ostensivas, notadamente, a militar, no sentido de lavrar TCO's. Ao final, buscará refletir e analisar sobre os aspectos práticos e os resultados à sociedade, no contexto da celeridade e eficiência de sua implementação, na medida em que amplifica a força policial e contribui para a melhoria dos serviços prestados de segurança pública, simplificando o atendimento prestado.